



Boletim nº. 10 - MERCOSUL - 14 de junho de 2011

### AIMJJ realiza seu III Encontro Regional nos dias 17 e 18 de junho

*O evento, que discutirá a construção de uma Justiça amigável para a infância, está confirmado apesar dos contratempos causados ao tráfego aéreo pelas nuvens de cinza vulcânica que vêm do Chile*

Com o objetivo de construir uma proposta sul-americana para a adequação dos Sistemas de Justiça às necessidades de crianças e adolescentes, a [Associação Internacional MERCOSUL dos Juízes da Infância e Juventude \(AIMJJ\)](#) realiza seu **III Encontro Regional**, nos dias 17 e 18 de junho, em Montevidéu, Uruguai.

O evento terá a participação de integrantes da presidência da [AIMJJ](#), representantes de órgãos governamentais e membros de associações de operadores do Direito da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Trata-se de uma das etapas do projeto "Diretrizes de uma Justiça amigável ou adequada para crianças e adolescentes – a perspectiva do MERCOSUL", que tem como meta a elaboração de um documento a ser apresentado a autoridades do continente, contendo instruções para se alcançar uma Justiça mais amigável para a infância e a adolescência.

Ao final do **III Encontro**, espera-se ter o material necessário para a redação de um texto preliminar desse documento, que será consolidado em outubro deste ano, durante o VII Congresso Internacional da [AIMJJ](#), em Assunção, capital do Paraguai.

### Temas emergentes

A preparação para o **III Encontro** contou com uma série de atividades nos países integrantes da Associação. A partir de diferentes metodologias, foram trabalhados

assuntos como a garantia judicial de direitos sociais e individuais, a resolução de casos de sequestros parentais em âmbito internacional, aspectos psicológicos no atendimento de crianças e adolescentes pelos Sistemas de Justiça e a atuação de

atendimento de crianças e adolescentes pelos sistemas de justiça e a atuação de diferentes órgãos de defesa dos direitos da infância e da adolescência.

No caso do Paraguai, uma temática de destaque foi a resolução de situações de sequestro parental de crianças, que precisa alcançar uma maior celeridade no cumprimento de sentenças e contar com a participação dos meninos e meninas que se encontram implicados nessas situações. “O principal problema é a demora. Quando passa um tempo excessivo desde o momento em que uma criança se separa do pai e/ou da mãe e ela já se habituou a sua nova forma de vida, o retorno ao seu contexto original pode ser mais prejudicial do que benéfico. Além disso, vemos um resquício da doutrina de situação irregular quando os juízes fazem as sentenças sem levar em conta o direito de a criança expressar sua opinião”, afirma a juíza membro do Tribunal de Apelação da Infância e Adolescência da Circunscrição de Caazapá no Paraguai, Cinthia Ramírez de Melgarejo.

Para a magistrada, que será responsável por apresentar os aportes do Paraguai no **III Encontro Regional da AIMJJ**, uma discussão no âmbito do MERCOSUL será especialmente importante para encontrar soluções em casos de sequestro internacional.

A juíza paraguaia e co-presidente da [AIMJJ](#), Irma Alfonso de Bogarín, também enfatiza a necessidade de harmonizar as legislações sobre infância nos países da região. “No Paraguai, um adolescente pode ser responsabilizado por uma infração aos 14 anos, mas no Brasil é a partir dos 12. Como fazemos quando uma criança paraguaia vai ao Brasil?”, questiona.

Os contextos de alta vulnerabilidade para crianças e adolescentes também tiveram bastante atenção, sobretudo no Uruguai, como observa a diretora da Defensoria de Família de Montevideu e integrante da Comissão Diretora da Associação Uruguaia de Magistrados e Operadores da Família, Infância e Juventude, Beatriz Aristimuño: “neste ponto é fundamental a capacitação de todos os operadores que intervêm nessas situações. E não só no aspecto legal, mas também no médico, psiquiátrico e sociológico”.

Segundo o magistrado e vice-presidente da [AIMJJ](#) no Brasil, Eduardo Melo, a garantia judicial de direitos foi um assunto que obteve grande interesse no Brasil, podendo trazer avanços para toda a região. Para isso, o juiz enfatiza a importância de um resgate histórico dos modos de organizar as instituições em cada país, assim como uma análise comparativa das diferentes estruturas institucionais. “Seria possível verificar, por exemplo, se há uma maior ou menor participação de crianças nos procedimentos e se existe uma maior ou menor observância de práticas garantistas onde as varas são especializadas em infância e juventude ou nos lugares em que se tem apenas varas de família”, explica.

Acesse a programação do **III Encontro Regional** no [site da AIMJJ](#).

## Percurso

Todas essas temáticas foram amplamente discutidas durante o primeiro semestre de 2011 nas nações integrantes da [AIMJJ](#). A seguir, apresentamos as atividades desenvolvidas em cada país.

## Argentina

Na Argentina, foram realizados **quatro encontros** em que se reuniram diversos atores relacionados com a promoção e defesa dos direitos de meninos e meninas. Cada evento foi direcionado a uma diferente região do país (Nordeste, Patagônia, Noroeste e Pampas), o que significou uma preocupação especial com os contextos locais.

O último dos encontros, destinado à região dos Pampas, foi realizado na cidade de Necochea, Província de Buenos Aires, nos dias 10 e 11 de junho. Houve a participação de 120 pessoas e um grupo de dez expositores das províncias de Buenos Aires e Córdoba. Em função das cinzas vulcânicas que chegaram ao espaço aéreo argentino, não foi possível contar com a presença da magistrada paraguaia e co-presidente de [AIMJJ](#), Irma Alfonso de Bogarín e do juiz e vice-presidente da [AIMJJ](#) no Brasil, Eduardo Melo. Entretanto, a escritã do Juizado Letrado da Família de Montevidéu e secretária da [AIMJJ](#), Catalina Elhordoy, conseguiu chegar à Argentina e pôde ministrar sua conferência sobre a legislação uruguaia para a infância.

## Brasil

O Brasil encerrou suas atividades preparatórias com uma **Oficina Nacional**, realizada no dia 20 de maio de 2011, na capital Brasília. Durante o evento, foram levantadas sugestões e modificações na proposta preliminar brasileira de Justiça amigável que foi produzida pela promotora de Justiça Andréa Santos Souza e o magistrado e vice-presidente da [AIMJJ](#) no Brasil, Eduardo Melo.

De acordo com Eduardo Melo, que esteve na condução da oficina, houve avanços significativos para a proposta brasileira, sobretudo acerca dos adolescentes em conflito com a lei, dos limites da laicidade e do relativismo cultural em relação às comunidades indígenas e da importância dos princípios de celeridade e atualidade para a Justiça.

Nos meses que antecederam a Oficina Nacional também foram realizadas duas videoconferências para a difusão de normativas internacionais e do texto preliminar do Brasil para uma Justiça adequada à infância. Esse mesmo texto foi enviado a todos os membros da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), que foram convidados a enviar sugestões e modificações.

## Paraguai

A cidade de Vila Rica, província de Guairá, recebeu nos dias 25 e 26 de março, a **Reunião Preparatória do Paraguai sobre Justiça Amigável**. Houve a participação de autoridades dos quatro países do MERCOSUL, em um encontro que reuniu um total de 693 de pessoas.

Estuda-se a realização de um segundo encontro no mês de agosto, em Cidade do Leste. Novas informações a respeito de local e data serão divulgadas em breve.

## Uruguai

Ocorreu no dia 9 de abril, em Montevidéu, o **Seminário Nacional Justiça Adequada à Criança**. Com a participação de diferentes autoridades da Justiça uruguaia, do

Unicef e do Instituto da Criança e do Adolescente do Uruguai, foram levantadas propostas que serão apresentadas no III Encontro Regional da AIMJJ. Essas contribuições estão organizadas em quatro eixos principais: Justiça Penal Adolescente; infância e gênero; efetividade dos direitos; e crianças em situações de alta vulnerabilidade.

### Informações úteis:

O **III Encontro Regional da AIMJJ** acontece na Faculdade de Direito da Universidade da República do Uruguai, av. 18 de Julio, n.º 1824. O custo da inscrição é de U\$S 50, que poderão ser depositados na conta BROU nº 177.055285-6. Os interessados em participar que não tiverem conta bancária no Uruguai podem efetuar o pagamento durante o evento.

Mais informações e inscrições no e-mail: [secretaria@jucesinfanciamercosur.org](mailto:secretaria@jucesinfanciamercosur.org).

Consulte a programação no [site da AIMJJ](#).

### Organização:

O **III Encontro Regional da AIMJJ** é co-organizado pela **Associação Uruguaia de Magistrados e Operadores Judiciais da Família, Infância e Adolescência**, com o apoio do **Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)** e a **Suprema Corte de Justiça da Nação – República do Uruguai**.

O projeto "Diretrizes de uma Justiça amigável ou adequada para crianças e adolescentes – a perspectiva do MERCOSUL" foi idealizada pela [AIMJJ](#) e conta com o apoio do **Grupo de Trabalho Niñ@sur**, que funciona no âmbito das Altas Autoridades sobre Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL, e do **Instituto Camargo Corrêa**.

Sugestões e críticas pelo e-mail: [jim@oficinadeimagens.org.br](mailto:jim@oficinadeimagens.org.br)



Apoio:

Patrocínio:

# Associação Internacional MERCOSUL dos Juizes da Infância e Juventude.



Produção Editorial:



[Descadastre-se](#) caso não queira receber mais e-mails.